



TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 109

NATAL/RN MARÇO E ABRIL DE 2017

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE_RN

TCE E TJ ORIENTAM GESTORES PARA UMA GESTÃO FISCAL MAIS EFETIVA



PÁGINA 3



A VOZ DOS TRIBUNAIS

PRESIDENTE DA ATRICON, VALDECIR PASCOAL
DEFENDE MUDANÇAS NOS CRITÉRIOS
DE ESCOLHAS DOS CONSELHEIROS

PÁGS. 06 E 07

CONSELHO DOS TCS

- Conselheiros de Tribunais de Contas, liderados pela Atricon, retomaram a luta no Congresso Nacional pela criação de um órgão estatal nacional responsável pela fiscalização de condutas, organização e harmonização de procedimentos, a exemplo do que faz o CNJ para o Judiciário. Em visita aos senadores Simone Tebet e Antonio Anastasia, o presidente da Atricon, Valdecir Pascoal, acompanhado pelos conselheiros Antonio Joaquim, Valter Albano (MT), Cláudio Terrão (MG), Thiers Montebello (RJ), Marisa Serrano (MS), Paulo Curi (RO), Clóvis Barbosa (SE) e Domingos Filho (CE), explicou aos senadores que existem seis propostas de emenda constitucional tramitando no Congresso Nacional tratando de CNTC e que a Atricon fez uma compilação com objetivo de sintetizar o tema em um único projeto, seja como nova PEC ou substitutivo de uma delas.
- O CNTC teria quatro grandes incumbências: organização administrativo financeira e estruturação de processos de caráter disciplinar, melhoria do desempenho institucional, dinamização de transparência do sistema e uniformização da jurisprudência. Neste último aspecto, ter uma Câmara Técnica para analisar temas de natureza federativa objetivando harmonização.
- Os senadores demonstraram interesse na questão e se comprometeram em colocar o tema em pauta no Plenário.



DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA

Análise realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontam uma estimativa de déficit da previdência de servidores públicos dos estados, Distrito Federal e municípios para os próximos 75 anos de R\$ 2,8 trilhões. Os dados constam do diagnóstico dos Regimes Próprios da Previdência Social dos entes federativos. Foram avaliados 2.089 entes, cobrindo 7,6 milhões de segurados, entre 5,1 milhões de servidores ativos, 1,9 milhões de aposentados e 623 mil pensionistas. Inúmeros órgãos são responsáveis pela fiscalização dos Regimes Próprios, inclusive o TCE, uma vez que a prestação de contas é obrigatória e atende a preceito constitucional.

JURISPRUDÊNCIA

O Tribunal de Contas de Santa Catarina disponibilizou, em seu Portal, um novo serviço para acompanhamento das principais decisões do Supremo Tribunal Federal com relevância para o controle externo. É a nova versão do Informativos Seleccionados do STF, que contém uma seleção de precedentes disponibilizados no informativo de jurisprudência da Corte suprema que tenham relação com a área de atuação do TCE/SC. Acessados pelo link “Jurisprudência”, no site www.tce.sc.gov.br, os informativos estão agrupados por ano – desde 2014 – e os relativos ao ano corrente sofrem atualização trimestral, a cargo da Coordenadoria de Jurisprudência da Consultoria-Geral do TCE/SC.

DIREITO FINANCEIRO

“Novas fronteiras do Direito Financeiro” é o tema central do IV Congresso Internacional de Direito Financeiro, que acontecerá nos dias 8 e 9 de junho, no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em Fortaleza (CE). Entre os objetivos do evento estão o compartilhamento de experiências no Campo do Direito Financeiro; a aplicação do Direito Financeiro na Administração Pública, o debate de assuntos nas mais distintas áreas do saber, no âmbito nacional e internacional; e a importância do estudo do Direito Financeiro como instrumento para um crescimento econômico justo, equilibrado e eficiente.

A programação será composta por palestras e espaços para debates, bem como apresentações de trabalhos científicos selecionados para o evento, por meio de edital. O Congresso é uma realização do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul, do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Sociedade Paulista de Direito Financeiro. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Sistema de Gestão Educacional, na página eletrônica da Escola de Contas do TCE Ceará.

TCE EM PAUTA

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emilia Costa Carvalho

CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR

Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM

Isaac Lira

PRODUÇÃO

Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo | Tikinet

DIAGRAMAÇÃO

Patricia Okamoto | Tikinet

FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

IMPRESSÃO

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: ascomtce@tce.rn.gov.br

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE_RN

ESTRATÉGIA PARA MELHORAR A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS



TJ, TCE e Femurn realizam evento com jurisdicionados explicando procedimentos para melhorar a arrecadação

A partir de agora os prefeitos dos municípios do Rio Grande do Norte passam a contar com segurança jurídica para que possam resgatar seus créditos, o que é de extrema importância neste momento de crise. Esta “quebra de paradigma”, como destacou o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gilberto Jales, deverá resultar em aumento da arrecadação para que os gestores municipais possam desenvolver as políticas públicas demandadas pela sociedade. “Os municípios apresentam um baixíssimo nível de eficiência na arrecadação e poucos possuem instrumentos de fiscalização e recuperação da dívida ativa. Estes créditos fazem parte do Tesouro e, por dever de responsabilidade fiscal sua recuperação deve ser perseguida pelos gestores”, enfatizou.

Com este objetivo o Tribunal de Justiça em parceria com o Tribunal de Contas e a Federação dos Municípios do Estado – Femurn,

realizaram na tarde desta quinta-feira na Escola de Governo o evento “Gestão Fiscal Efetiva”, com o lançamento de uma cartilha educativa ensinando o passo-a-passo para incrementar a arrecadação própria dos municípios por meio da cobrança administrativa das dívidas. Segundo o presidente do TJRN, desembargador Expedito Ferreira, além de otimizar a execução da dívida ativa, o programa busca reduzir a judicialização e os custos dos processos. Atualmente, dos cerca de 800 mil processos em tramitação na Justiça estadual, quase 240 mil trata da cobrança de dívidas de contribuintes com o Estado do RN ou Municípios.

“Trata-se de uma iniciativa válida. Este momento de crise exige busca de solução que foge aos padrões vigentes”, destacou o procurador geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho. “Reconhecemos como um dos atos

mais importantes para minimizar a condição precária que passam os municípios, buscando a melhoria da arrecadação dos tributos”, disse o presidente da Femurn, Benes Leocádio, no seu discurso. A proposta também foi elogiada pela corregedora geral do TJ, Maria Zeneide, a juíza de Direito Keity Maia, e todos os integrantes da mesa de trabalho.

O programa foi iniciado em fevereiro, com a expedição de um Ato Recomendatório, direcionado ao Estado do RN e aos municípios potiguares, para que adotem a cobrança dos créditos pela via administrativa. Apenas o Governo do Estado tem cerca de R\$ 5 bilhões em créditos a receber. A proposta de governança diferenciada das execuções fiscais passa pelo estabelecimento de novos critérios para a inscrição e cobrança administrativa e judicial dos tributos, definindo valores mínimos para o ajuizamento da execução fiscal; também autoriza a

desistência de ações em curso e a possibilidade de inscrição dos devedores em cadastros de restrição ao crédito, como SPC e Serasa, como estratégias para estimular o pagamento.

Durante a cerimônia, nove municípios foram contemplados com selos, comenda do TJ para os gestores em dia com pagamento de precatórios. Este ano foram agraciados os municípios de Monte Alegre, Parazinho, Serra Negra do Norte, Mossoró, Upanema, Água Nova, Açu, Parnamirim e Vera Cruz. Na ocasião também foi feito o lançamento da cartilha “Gestão fiscal Efetiva”, que reúne informações sobre alternativas como a conciliação extrajudicial, o parcelamento de créditos, o protesto da dívida em cartório e a inclusão do devedor em cadastros de restrição ao crédito. Além da distribuição para todos os municípios, a cartilha pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: www.tjrn.jus.br/execucaofiscal.



NAS TRILHAS DO INTERIOR

Encontro reuniu representantes de 30 municípios do oeste potiguar



“Desafio é fazer mais com menos”. Em tempos de muita cobrança e poucos recursos, o recado do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), Gilberto Jales, durante a abertura do primeiro ciclo de palestras de orientação a gestores municipais, promovido pela Escola de Contas, em Mossoró, resume a situação de prefeitos e presidentes de câmaras municipais empossados em 2017; e a importância de capacitá-los para prevenir a ocorrência de desvios e irregularidades, principalmente aqueles ocasionados pela falta de informação.

Diante de 180 gestores, Gilberto Jales fez uma explanação sobre a importância do trabalho de orientação realizado pelo TCE em parceria com a Federação dos Municípios do RN (Femurn) e Federação das Câmaras Municipais do RN (Fecam). O primeiro da série de Encontros Regionais, também chamado ‘Escola Itinerante’ foi realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mossoró, e abrangeu 30 municípios da região Oeste.

Para Jales, a situação atual do país exige dos gestores públicos mais atenção aos gastos e planejamento na execução das ações. “Nós vivemos momentos desafiadores. Queiramos ou não, nosso país está sendo passado a limpo. Quem está cobrando é a sociedade e ela vai continuar cobrando. A sociedade não admite mais pagar a conta mais do que está pagando”, afirmou, ressaltando que o

planejamento está na raiz dos gastos e que a tecnologia é um instrumento eficaz na busca pela otimização das despesas com o erário.

O presidente do TCE elencou cinco pontos básicos a serem seguidos pelo gestor: planejamento, controle interno, transparência, parcerias e busca por receitas. “Sabemos que não é fácil ser gestor. Mas quem planeja sua gestão tem mais chance de evitar problemas no futuro”, explicou. Ele enfatizou que a atuação preventiva é essencial ao serviço público e disse que, agindo dessa forma, o Tribunal de Contas do Estado conseguiu nos últimos anos evitar danos ao erário em diversas frentes.

Participando da mesa, o presidente da Femurn, Benes Leocádio, elogiou a iniciativa do TCE e disse que está cada vez mais buscando parcerias para capacitação dos gestores. “Nós vamos cada vez mais aprimorar qualificações e aprendizados.” Na mesma linha, seguiu a presidente da Câmara Mossoró, Izabel Motenegro, que também é vice-presidente da Fecam e representou a entidade. O Conselheiro Renato Dias, Ouvidor do TCE, também compôs a mesa. A vice-prefeita da cidade, Nayara Gadelha, representou a prefeita Rosalba Ciarlini.

O Pólo Regional de Mossoró abrange os seguintes municípios: Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Itajá, Angicos, Janduí, Alto do Rodrigues, Macau, Apodi, Messias Targino, Areia Branca, Mossoró, Baraúna, Paraú, Campo Grande, Patu,

Caraúbas, Pendências, Carnaubais, Porto do Mangue, Felipe Guerra, Serra do Mel, Fernando Pedroza, São Rafael, Guamaré, Tibau, Gov. Dix-Sept Rosado, Triunfo Potiguar, Grossos e Upanema.

Iniciado em 2015, o projeto de encontros regionais, tem como principal prevenir a ocorrência de desvios e irregularidades, principalmente aqueles ocasionados pela falta de informação adequada. São discutidos temas como planejamento e orçamento municipal, Lei de Acesso à Informação e Portal da Transparência, funcionamento do sistema SIAI, execução da despesa pública, entre outros.

No final de abril, foi realizado o segundo encontro da Escola Itinerante, desta feita a sede foi o município de Martins. Ao todo, os encontros anuais atendem cerca de 700 gestores, atingindo todas as regiões do Estado.

Encontros regionais

- **Mossoró** - 29 a 31 de março
- **Martins** - 26 e 27 de abril
- **Caicó** - 24 e 25 de maio
- **Parnamirim** - 7 e 8 de junho
- **Natal** - 12 e 13 de julho

Lideranças enfatizaram importância do MMD-TC para o desenvolvimento dos Tribunais de Contas



TREINAMENTO PARA MEDIR DESEMPENHO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) deram início, em Natal, ao treinamento dos membros e servidores responsáveis pela aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), avaliação que afere o nível de eficiência do controle externo das Cortes de Contas em todo o Brasil.

A abertura do treinamento teve a presença do presidente da Atricon, conselheiro Valdeci Pascoal, o presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, o vice-presidente da Atricon, conselheiro Valter Albano, o diretor da Atricon, conselheiro Jaylson Campelo, o procurador do Ministério Público de Contas do RN, Ricart César Coelho, além dos conselheiros do TCE/RN, Tarcísio Costa, Adélia Sales e Carlos Thompson Fernandes.

Segundo o presidente da Atricon, Valdeci Pascoal, os

Tribunais de Contas em todo o Brasil têm observado uma evolução significativa no cumprimento de suas atribuições. “Os Tribunais de Contas nunca estiveram em um momento tão bom, principalmente no que diz respeito ao controle externo. O rumo é claramente de aprimoramento”, disse, acrescentando que o Marco de Medição é um instrumento fundamental nesse processo. “É perceptível que o Marco de Medição é uma ferramenta que tem efeito multiplicador de boas práticas. Em 2017, teremos todos os 34 tribunais, incluindo o Tribunal de Contas da União, que aderiu recentemente”.

Valdeci Pascoal também afirmou enxergar espaço para mais avanços. A Associação irá entregar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar a forma de ingresso aos tribunais e criar um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. “Propomos a criação do Conselho com custo praticamente zero. Porque um argumento

contrário era que seria um custo a mais. Contudo, praticamente não haverá custo. E quanto à composição propomos garantir a maior parte das vagas para a área técnica, no formato de uma carreira”, acrescentou.

O presidente do TCE-RN, Gilberto Jales, destacou o rigor da aplicação do MMD e a inclusão dos seus critérios no Planejamento Estratégico da Corte de Contas potiguar. “Por se tratar de uma autoavaliação, o MMD poderia resultar num relatório eivado de elogios, contudo não é isso que acontece. A avaliação é feita de forma criteriosa. Hoje, o nosso Tribunal de Contas usa os critérios do Marco de Medição como base do planejamento estratégico”, apontou.

Em seguida, o vice-presidente da Atricon, conselheiro Valter Albano, fez a introdução do treinamento, apresentando os principais pontos do MMD, como estrutura, evolução, impacto, etc, além dos três novos indicadores incluídos na edição de 2017 (arrecadação fiscal,

obras e educação). O treinamento seguirá nos dias 06 e 07, nas salas de treinamento do Hotel Majestic, com a presença de 102 integrantes das equipes que vão compor as comissões de avaliações. Cada Tribunal de Contas indicou três nomes à Atricon.

A autoavaliação dos Tribunais é realizada por seus próprios técnicos a fim de verificar o grau de cumprimento das Resoluções temáticas da Atricon. Comissões técnicas serão constituídas para visitar os Tribunais de Contas que participam do projeto. Cada uma delas é formada por quatro membros, sob a coordenação de um conselheiro. O MMD-TC se insere no Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC). Iniciado em 2013, o QATC é uma iniciativa que visa fortalecer o sistema Tribunal de Contas, estimulando a transparência das informações, das decisões e da gestão, e destacando a importância dos TCs no controle dos recursos públicos e à cidadania.



ATRICON DEFENDE MUDANÇAS NOS TCS



Presidente da Atricon, Valdecir Pascoal, analisa em entrevista atual momento das cortes de contas

Matéria republicada do jornal Tribuna do Norte, edição do dia 09/04/2017.

Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Valdecir Fernandes Pascoal defende uma mudança na composição dessas instituições. Ele considera que o ideal seria garantir que a maioria dos conselheiros fossem integrantes das carreiras de auditor e do Ministério Público, mantidas indicações, minoritárias, do Legislativo. Com isso, acabaria a influência do Poder Executivo. Natural do município Luiz Gomes (RN), desde 2005, é conselheiro e atualmente exerce a presidência da Atricon, entidade que representa os conselheiros dos TCs de todo o país.

COMO O SENHOR VÊ E ANALISA A CRISE NO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO DE JANEIRO COM DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO QUE RESULTOU NA PRISÃO DE CINCO CONSELHEIROS [SOLTOS NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA]?

Com muita preocupação, porque é uma situação muito grave. No site da Atricon, tem duas propostas nossa para reforma dos Tribunais de Contas no país. A gente acredita, por incrível que pareça e por mais paradoxal que possa parecer, que hoje é o melhor momento dos Tribunais de Contas no Brasil, houve um avanço grand a partir de 1988, mas, ao mesmo tempo, estamos no momento mais delicado da história, porque a sociedade cobra cada vez mais eficiência dos órgãos de controle e também postura ética. E essa questão do TCE do Rio de Janeiro, tendo o cuidado de não fazer prejulgamento, todos vão ter o devido processo legal, o processo vai prosseguir... Mas é uma situação gravíssima. A Atricon, não é de hoje, tem uma proposta do ponto de vista real de criação de um conselho nacional dos Tribunais de Contas, como existe o Conselho Nacional da Justiça (CNJ). O Poder Judiciário avançou

depois do CNJ e a gente precisa de uma instância para nos fiscalizar. Isso é fundamental.

ISSO IMPLICARIA EM MAIS GASTOS?

Estamos fazendo a proposta enxuta, que não onera o orçamento, porque cada entidade representada arcaria com o deslocamento, não teria pagamento de subsídio a seus membros. Haveria três representantes da sociedade civil, como a OAB. Será um conselho para cuidar também da própria uniformização das decisões dos Tribunais de Contas, porque hoje um Tribunal toma uma decisão numa linha e outro em outra, mas é preciso mais uniformidade. Esse é um ponto. Então a primeira medida que nós estamos propondo para melhorar e aprimorar o sistema dos Tribunais de Contas é a criação de um Conselho.

QUAL OUTRO PONTO DA PROPOSTA PARA APERFEIÇOAR A ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS?

A segunda é tocar numa questão delicada, que é sobre a composição dos Tribunais de Contas. Se nós olharmos, em tese, comparando com outros países, é um modelo até avançado. Antes da Constituição Federal de 1988 todos os membros eram indicados pelo chefe do Poder Executivo — os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), pelo o presidente da República; os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), pelos governadores; e onde tem Tribunal de Contas de Município (TCM), que são dois, pelo prefeito. Então, era muito precário. Em 1988, houve o quê? O Poder Legislativo, que é o representante do povo, em tese, tem a obrigação de fiscalizar o orçamento, passou a indicar a maioria dos membros, e o Executivo ficou preso a duas indicações da carreira. Isso foi um avanço enorme, que permitiu de fato uma evolução dos Tribunais de Contas nesse período. A questão é que, o Brasil vive uma crise de representatividade, uma crise da política, e isso afeta algumas indicações, não todas... A maioria dos indicados pelo Poder Legislativo cumpre o seu papel. O TCE do Rio Grande do Norte é um exemplo, venha de onde vier [o conselheiro], o Tribunal cumpre um papel muito importante. Agora em algumas situações os responsáveis por essas indicações, o Executivo e o Poder Legislativo acabam negligenciando, colocando pessoas que não respondem aos requisitos da idoneidade moral, da reputação ilibada e de notório conhecimento. Deve ter experiência também na gestão e na área de controle. Para que os TCs possam ganhar confiança, e para blindar os Tribunais de Contas de qualquer interferência política, partidária, o que não pode haver, é fundamental que aquele que venha do Poder Legislativo, tenha uma bagagem de quem foi gestor, com experiência, porque a função é técnica, é para ser conselheiro. Então, nós

estamos propondo uma mudança no critério de escolha, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em que a maioria passe a ser da carreira. Por exemplo, no TCE do Rio Grande do Norte, se fosse passada essa proposta nossa, que vamos apresentar ao Congresso Nacional já nesta semana, dos sete conselheiros, dois seriam decorrentes da carreira de auditor substituto. Essa carreira já tem um hoje, passaria a ter dois, mantido o do Ministério Público de Contas, o procurador, e mais um auditor de controle externo, da carreira técnica, da carreira de fiscal. Então, quatro membros seriam originários das principais carreiras dos Tribunais de Contas e três da Assembleia Legislativa, só que com quarentena, com várias regras.

ESSA CRISE NO TCE DO RIO TROUXE PREJUÍZO À IMAGENS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS?

Claro, um prejuízo grande e que a gente tem de dar resposta, primeiro com trabalho, a nossa utilidade na análise preventiva de licitações, auditoria em obras, na análise da renúncia fiscal e das isenções. E em segundo, mudar um pouco o sistema, que pode ser aprimorado.

UMA DAS CRÍTICAS QUE SE FAZ AOS TRIBUNAIS DE CONTAS, COMO TAMBÉM SE FAZ AO JUDICIÁRIO, É A DEMORA NO ANDAMENTO E CONCLUSÃO DE PROCESSOS?

Esse projeto que nós desenvolvemos (no meio da semana no TCE-RN), que é para o Brasil todo, chamado de Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), é uma avaliação que cada Tribunal faz e Atricon vem e dá uma certificação, ver se está correto. Um dos itens é exatamente o prazo para julgamento de processos. Nós temos resoluções e indicadores, que estimulam, primeiro, o controle concomitante e em tempo real, porque é antiquado se fazer o controle a posteriori das contas, dois ou três anos depois, tem que ser em tempo real, achou uma falha numa licitação, já no edital estanca, isso é fundamental. E outra coisa é o prazo que se estabelece para parecer prévio para o julgamento de contas de ordenadores de despesas, prazo para análise de concursos públicos, tudo isso tem de ser colocado.

AS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES DE OBRAS NÃO DEVERIAM SER INVESTIGADAS ANTES, PREVENTIVAMENTE?

Sem dúvida, a maior efetividade hoje dos Tribunais de Contas é esse trabalho preventivo, mas a gente precisa de ter cuidado de não substituir o gestor, querer ser gestor. Somos órgão de controle. Agora, a partir do momento em que se tem um ato administrativo com repercussão financeira, como é o caso de um edital de licitação

de uma obra relevante, então o Tribunal já autoriza que se peça o edital, ainda nessa fase e veja, primeiro, se tem sobrepreço. Se tiver já manda corrigir e gera economicidade. Depois vê, se tem restrição à competição. Outra coisa que dá preço baixo é ter muita concorrência, porque às vezes tem uma cláusula lá, que está impedindo outros participarem em condições de igualdade. Então, o Tribunal faz esse olhar, se detectar alguma coisa errada já manda corrigir, evita que aquela licitação se prolongue. Depois, para devolver o dinheiro, fica muito difícil.

OS TRIBUNAIS DE CONTAS TÊM CONSEGUIDO CUMPRIR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL?

Esse é um desafio enorme, são 17 anos da LRF. Na primeira década, a gente teve um papel muito importante, mas está claro que pela crise fiscal... Poderia ter sido até mais rigoroso com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é uma consciência de que cada colega de Tribunal de Contas tem, daí o despertar, essa decisão que o TCU, não entro no juízo de valor de impeachment ou não impeachment, não é papel nosso, o Tribunal de Contas não é político, já nos rotulam demais disso, não entro na questão do impeachment. Mas foi importante aquela decisão [do TCU ao apontar irregularidades nas contas do Governo Dilma], porque foi uma proteção da Lei de Responsabilidade Fiscal, que certamente terá um efeito multiplicador em estados e municípios.

DEPOIS DAS CHAMADAS 'PEDALADAS' E DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, SEM AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO, GOVERNADORES E PREFEITOS ESTÃO MAIS CUIDADOS COM A EXIGÊNCIA DA LRF?

Não tenha dúvida, aquele caso foi uma quebra de paradigma, normalmente os Tribunais de Contas quando analisam contas de governo e prefeitos, aquelas contas gerais, o balanço, o orçamento, é uma análise mais formal. Mas essa decisão do TCU provou que os Tribunais podem ir mais além, podem analisar qualidade, sobretudo o cumprimento dos limites e das regras da LRF, que é uma lei republicana. Já notamos outros Tribunais que rejeitaram contas de governador, aumentou o número de rejeições de contas de prefeitos, como efeito multiplicador, aumentou. Tem até um Tribunal que aprovou contas de governador, mas teve voto contrário, teve parecer do Ministério Público contrário, então gerou uma dialética maior. Antes o que era uma coisa automática, se aprovava naturalmente, passou a ter uma fricção, passou a ter um debate maior, a imprensa cobrando mais, a sociedade cobrando mais e os Tribunais têm que estar sintonizados com esse novo momento.

NOVOS SETORES.

A nova gestão do Tribunal de Contas, sob a presidência do conselheiro Gilberto Jales, em execução, buscando aprimorar e fortalecer o trabalho executado pelo TCE.



Trabalho está sob a coordenação da Assessora Técnica de Controle e Administração, Marília do Socorro da Cunha Lima

PROGRAMA DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

REFERENCIAIS ORIENTADOS PARA A SUSTENTABILIDADE

O Programa de Logística Sustentável está sendo implantado com o intuito de implementar e integrar ações relacionadas ao desenvolvimento de uma política socioambiental no âmbito do TCE/RN. As demandas geradas pela administração pública revelam excessivo consumo de recursos naturais, razão pela qual esta Corte de Contas deve assumir um papel na indução de novos referenciais de consumo, orientado para a sustentabilidade, investindo, dessa forma, na construção de uma cultura institucional que possibilite também a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Em sintonia com a preocupação mundial de preservação do meio ambiente, o Tribunal de Contas dá os primeiros passos em ações que viabilizam a redução do consumo dos recursos naturais, adotando estratégias ecologicamente corretas e ações que possibilitem a mudança de comportamento e internalização de atitudes para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e na sociedade.

Importante ressaltar que essa ideia é dividida em três principais pilares: social, econômico e ambiental. Para se desenvolver de forma sustentável, devemos atuar de forma que esses três pilares coexistam e interajam entre si de forma plenamente harmoniosa, não podendo ser definidos com base em ações pontuais ou simplesmente compensatórias. (Veja texto na pág. 11)

ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

UM SETOR PARA EXECUTAR E GERENCIAR OS EVENTOS

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do TCE/RN foi criada na gestão do presidente, conselheiro Gilberto Jales, para aprimorar e centralizar entre outras atividades o planejamento, execução e gerenciamento de eventos institucionais e garantir uma recepção adequada às autoridades que visitam a instituição. O setor pretende ser o mais novo elo de comunicação entre o Tribunal e seus diversos públicos (servidores, colaboradores jurisdicionados, imprensa, comunidade acadêmica, sociedade).

Assim como a Assessoria de Comunicação Social, a ACRP trabalha diretamente com a imagem institucional do TCE, tendo em vista a comunicação interna e externa, só que numa vertente mais específica que engloba a preparação de eventos. Para o coordenador, Breno Minora, a forma como a instituição escolhe e se prepara para se comunicar, faz toda a diferença na hora de alcançar os objetivos estratégicos. Segundo ele, ter uma visão ampla de qualquer ação institucional é vital para que o Tribunal possa

traçar estratégias diferenciadas de comunicação e eventos para cada um de seus públicos.

A promoção de eventos na Administração Pública é importante para articular o envolvimento institucional, capacitar servidores, construir elos e facilitar a comunicação direta com o cidadão. O Cerimonial tem a função de planejar, organizar e executar eventos da melhor forma possível, atendendo sempre às normas de precedência entre as autoridades, às normas para composição de mesa e a ordem para uso da palavra conforme a cerimônia. Compete também a ACRP, elaborar e expedir convites para cerimônias e solenidades promovidas pelo Tribunal; preparar correspondências oficiais de cortesia do Presidente, bem como responder a convites formulados por entidades nacionais e estrangeiras; acompanhar o presidente e os conselheiros do Tribunal a embarque e desembarque de viagens oficiais, bem como participar do planejamento e acompanhar projetos e campanhas de informação à opinião pública para maior integração do Tribunal com a sociedade.



VeraLúcia de Souza, Breno e Andréia Moraes: chefe e equipe técnica do novo setor

COORDENADORIA: Breno Minora de Almeida

Bacharel em Ciências Contábeis (UNP), Bacharel em Direito (UNP). É Servidor efetivo do TCE/RN desde 1986. Exerceu os cargos de Assessor Jurídico da Presidência do TJ/RN. Coordenou os setores Judiciário, Financeiro e o Fundo de Desenvolvimento da Justiça do TJ/RN. Assessor Parlamentar da Assembleia Legislativa do RN. Atualmente coordena a Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do TCE/RN.

NOVAS AÇÕES

já implantou novos setores e definiu mudanças de estratégias
Destacamos, a seguir, algumas dessas ações:

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE INTERNO – CPCI

AVALIAR, ORIENTAR, NORMATIZAR, PADRONIZAR

Zelar pela eficácia da administração, assegurando o cumprimento dos preceitos normativos e a eficiente aplicação dos recursos públicos, contribuindo assim para o fortalecimento e otimização dos resultados da gestão. Em suma, este é o objetivo da Comissão Permanente de Controle Interno – CPCI, setor que vem dando os primeiros passos na busca de implementar uma cultura onde cada servidor seja responsável, saiba o que fazer e cumpra o seu papel, evitando assim a incidência de erros.

“Todo órgão deveria ter o seu controle interno, porque a gente erra”, explica a assessora técnica jurídica, Teresa Cristina Dias Diógenes, presidente da CPCI, enfatizando a mudança que está ocorrendo no setor, buscando normatizar e padronizar procedimentos de forma a melhorar a qualidade do serviço que é executado. Tudo é feito tendo como base os dispositivos da Resolução 12/2016, que estabelece os controles mínimos a serem executados nos órgãos da administração pública.

A CPCI tem atuado em processos de auditorias internas, avaliando setores, observando os riscos existentes e orientando para mudanças, sempre na perspectiva de melhorias. “O processo administrativo funciona como uma linha de montagem. É um ato de gestão”, daí o trabalho depender da colaboração de outros para chegar aos resultados almejados. Uma das metas para o futuro é a produção de manuais de procedimento, onde o servidor que chegar no setor saiba o que vai fazer, acabando com a cultura do “achismo”.



PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE INTERNO – CPCI: Assessora técnica jurídica, Teresa Cristina Dias Diógenes

EQUIPE TÉCNICA: Inspetora Shárada Soares, Assessor técnico jurídico Ronald Moraes e Assessor de gabinete, João Paulo Bulhões.



A assessora técnica Albanízia Carvalho, responsável pelo Núcleo

NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS

PROPOSTA É INVESTIR EM PROFISSIONAIS MOTIVADOS E COMPROMETIDOS

“Investir na gestão de pessoas é fundamental para o êxito da organização, cujo principal objetivo é estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade da melhoria da gestão pública”. A opinião é de Maria Albanizia da Silva Carvalho, responsável pelo Núcleo de Gestão de Pessoas, acrescentando que deve se manter um ambiente de trabalho que conduza a excelência no desempenho, a plena participação e à qualidade de vida.

“Antes, as pessoas eram tidas como recursos com habilidades para execução de tarefas. Hoje são vistas como talentos que têm seus valores e que precisam ter sua capacidade desenvolvida e mantida”, explica, lembrando que o novo setor, instituído através da Resolução nº 006/2012, que define as Políticas de Recursos Humanos, começa a funcionar considerando a necessidade de modernizar as práticas de gestão de pessoas, na perspectiva de implementação de ações e inovações, em consonância com as metas traçadas pelo Plano Estratégico do TCE/RN.

O núcleo visa fornecer subsídios para uma cultura organizacional, na qual seja estabelecida a percepção tanto individual como institucional da importância dos serviços prestados em função da coletividade e do usuário final, ou seja, o cidadão. “Pretende-se que os servidores atuem como agentes multiplicadores no processo contínuo de melhoria de serviços e produtos para a sociedade”, enfatizou.



SUSPENSO CONTRATO RELATIVO A OBRAS DA AV. ROBERTO FREIRE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) determinou a suspensão cautelar do contrato firmado pelo Governo do Estado com a Galvão Engenharia S/A para obras de reestruturação da avenida Engenheiro Roberto Freire. A decisão, fruto de voto do conselheiro em substituição, Antonio Ed Souza Santana, acatada pelos demais conselheiros, tem como base relatório produzido pela Inspeção de Controle Externo da Corte de Contas, que detectou indícios de irregularidades nos procedimentos licitatórios realizados para a contratação da obra.

Segundo os termos do voto, os indícios de irregularidades detectados dizem respeito à não realização do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA); não apresentação de orçamentos detalhados

com os quantitativos, composições unitárias e preços de referências; além de a empresa contratada estar em processo de recuperação judicial, o que pode acarretar uma rescisão contratual por justa causa.

Além disso, a equipe da Inspeção de Controle Externo aponta uma possível violação ao princípio da competitividade, tendo em vista que previa-se, no anteprojeto, um nível de complexidade posteriormente simplificado pela empresa ganhadora do certame. Caso a licitação tivesse sido realizada com o projeto mais simples, poderia haver maior interesse de outros competidores, potencialmente afastados da licitação pela complexidade da obra.

A contratação da empresa Thenge Engenharia LTDA, por R\$ 1,4 milhão, traz, por sua vez,

indícios de desperdício de recursos públicos. A Thenge foi contratada para produzir um projeto básico e executivo, contudo o Executivo Estadual concluiu pela falta de viabilidade do projeto apresentado, licitando novamente a elaboração dos estudos, de forma integrada com a execução da obra. Com a vitória da Galvão Engenharia, um novo projeto foi elaborado e o anterior ficou sem utilização.

Além da suspensão, o TCE determinou que a Secretaria de Infraestrutura envie, num prazo de 10 dias, quaisquer ordens bancárias relativas à Galvão Engenharia e o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA), caso tenha sido realizado. Há multa diária de R\$ 500, em caso de descumprimento da decisão.



Processo foi relatado pelo conselheiro em substituição, Antônio Ed

PARCERIA PARA EFETIVAR A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Tribunal de Contas do Estado deu mais um passo rumo a uma gestão marcada pela sustentabilidade. O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, assinou na manhã desta sexta-feira (05) com o presidente da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável – Coocamar, Severino Lima Júnior, um Termo de Permissão, dando início ao trabalho de coleta de material descartável na Corte de Contas. A partir de agora, toda semana uma equipe da cooperativa fará o recolhimento de papel, copos plásticos, móveis e equipamentos que se tornaram obsoletos, entre outros materiais.

“Este é um primeiro passo, mas é significativo. No paralelo, é preciso muito sensibilizar as pessoas para o trabalho com resíduos recicláveis de modo geral”, enfatizou Jales, lembrando que a meta é “reduzir e reciclar” o lixo produzido pela instituição. O documento ainda foi assinado pela coordenadora

do Programa de Logística Sustentável, Marília do Socorro Cunha Lima e pelo Secretário de Administração Geral em exercício, Nivaldo Cortez. O presidente do TCE informou que nas próximas semanas estará lançando um edital para doação de material servível e inservível a organizações sociais. “Terminado o prazo estipulado, caso nenhuma organização manifeste interesse, todo o material será encaminhado para a cooperativa”, disse.

Severino Júnior destacou a importância deste tipo de parceria que, além da questão ambiental, também termina por colaborar na manutenção da cooperativa que hoje conta com 78 catadores. “Temos todo cuidado com o manejo do lixo, contamos com uma estrutura no bairro de Cidade Nova com equipamentos como trituradores de papel e local para a destinação adequada do resíduo”, informou, acrescentando que “o Brasil tem uma política



Representantes da Coocamar explicam como funciona o trabalho de coleta seletiva de lixo

de resíduos sólido muito boa, mas falta ainda ser incorporada por muitas instituições”, disse, lembrando que o trabalho de coleta seletiva já é feita em órgãos como os tribunais de Justiça e Regional Eleitoral, e corporações como a Marinha e Aeronáutica.

A partir da assinatura também serão realizadas palestras educativas

com foco na educação ambiental, orientando sobre o modo correto de descarte, como, por exemplo: não misturar lixo seco com molhado; dividir o saco preto para material de banheiro e o azul para papéis e copos de plástico, entre outras atitudes que precisam ser incorporadas por todos os servidores.

MEMÓRIAS

DO TCE



“Anunciado concurso para o MPJTCE”. Esta foi uma das manchetes da edição de maio de 2002 do TCE em pauta. Na ocasião, o procurador geral em exercício, Francisco de Assis Fernandes, informava sobre a organização do concurso que deveria gerar interesse em todo o País.

Um dos destaques da edição de abril de 2003 dava conta do lançamento do novo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Recursos Humanos d – DRH/TCE, que tinha como objetivos o aperfeiçoamento e a capacitação do servidor do TCE. Coordenado pela técnica Maria Albanizia. Contava na equipe com Luis Fabra laffitte, Zuleide Caldas e Lenise Seabra.

Na mesma edição o então presidente do TCE, Tarcísio Costa, anunciava a instituição da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, a ser outorgada a personalidades que deram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade. Na mesma gestão, em parceria com a Associação dos Servidores, foi iniciado o **Tribunal das Artes, com show de Babal e Galvão Filho**, canja de Tico da Costa, mostra de artes de Vatenor e Ana Antunes, lançamento de livros de François Silvestre e venda de livros pelo sebo Vermelho, de Abmael.



CRISE NO SISTEMA PRISIONAL

“Como o estado brasileiro faz a gestão da miséria humana?” Esta foi uma das provocações realizadas pela professora da UFRN, Juliana Melo, na retomada do projeto Sexta de Contas, iniciativa da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado. Os trabalhos foram iniciados com o debate sobre o tema “Segurança Pública: um olhar sobre o sistema prisional potiguar”, apresentado pela pesquisadora, seguido por um painel com técnicos do TCE dando detalhes sobre a auditoria operacional que está sendo realizada na área de segurança em todo o País.

O debate foi aberto pelo conselheiro ouvidor, Renato Costa Dias, destacando a importância do projeto que, a cada dois meses, abre as portas do Tribunal para a discussão de questões de relevância na sociedade. O presidente do TCE, Gilberto Jales, lembrou da parceria realizada com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte possibilitando que estudantes venham ao TCE ao mesmo tempo que servidores do Tribunal vão para a UFRN, numa troca de conhecimentos com foco em aspectos significativos da gestão pública.

Especialista em Antropologia do Crime, Juliana Melo apresentou dados preocupantes, como o fato de que, prosseguindo as estatísticas crescentes de prisões que vem sendo efetuada, comparando com as taxas de natalidade, em 40 anos teremos mais pessoas presas que nascidas vivas. Também mostrou como



Especialista da UFRN e técnicos do TCE discutem a questão da violência urbana



Debate foi aberto pelo conselheiro ouvidor, Renato Dias

o crime organizado vem se estabelecendo em todos os estados brasileiros e, no caso do território potiguar, lembrando as cenas de ônibus incendiados nas ruas e a barbárie do presídio de Alcaçuz, previu que tudo pode voltar a acontecer, “pois as facções só estão esperando a retirada da Força nacional para retomarem as atividades criminosas”.

“Estamos vivendo numa guerra. Estas facções estão recrutando jovens da periferia que não veem outra forma de ascensão social a não ser pelo crime, pelo tráfico de drogas”, ressaltou a professora, lembrando que há um verdadeiro exercício de sujeitos vivendo em situação de vulnerabilidade, geralmente negros e de baixa escolaridade que não vislumbram outro caminho para se sentir “gente” a não ser pela via do tráfico, do crime. “Nossas

Leis são maravilhosas, mas infelizmente não funcionam”, enfatizou, lembrando que os policiais também são vítimas desta estrutura excludente.

Para a professora, o que acontece é resultado de uma cidadania incompleta, e acrescentou que a Corte Interamericana dos Direitos Humanos condenou o Estado como corresponsável pelas mortes ocasionadas nas cadeias, decorrentes das brigas entre facções por territórios. “O massacre em Alcaçuz resultou em 26 mortes e 56 fugas, mas há mais de cem apenados que não se tem notícias, cujas famílias continuam em busca de informações”, relatou, lembrando que tratou-se de uma tragédia anunciada, assim como o que está sendo visto neste momento.

O tema mete medo, mas tem que ser enfrentado com maturidade

e serenidade. Foi o que a secretaria de controle externo, Anne Carvalho, explicou, dando detalhes de como a auditoria operacional está sendo executada, numa ação em parceria com o Tribunal de Contas da União - TCU e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon. A priori, estão sendo realizadas auditorias com foco nos seguintes temas: Índice de governança de segurança pública, Gestão de Convênios e Sistema Penitenciário, apresentados por Evandro Alexandre Raquel, Susana Ismael Acle o diretor da DAD, Cleyton Barbosa. O objetivo: colaborar com a melhoria da qualidade de vida, através do apontamento de indicadores que repercutam na formulação de políticas públicas mais eficazes e eficientes.